

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Larissa Miranda Prata

**BALANÇO SOCIAL EM CONFORMIDADE COM A NBC T 15: uma análise dos
balanços sociais publicados por empresas do setor elétrico listadas na BM&F
BOVESPA.**

Juiz de Fora
2017

Larissa Miranda Prata

**BALANÇO SOCIAL EM CONFORMIDADE COM A NBC T 15: uma análise dos
balanços sociais publicados por empresas do setor elétrico listadas na BM&F
BOVESPA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Profa. Luciana de Lima Dusi Campos.

Juiz de Fora

2017

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática
da Biblioteca Universitária da UFJF,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Prata, Larissa Miranda.

Balanço social em conformidade com a NBC T 15: uma análise dos
balanços sociais publicados por empresas do setor elétrico listadas na
BM&F BOVESPA / Larissa Miranda Prata. -- 2017.

38 f.

Orientadora: Luciana de Lima Dusi Campos

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade
Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Administração e Ciências
Contábeis, 2017.

1. Balanço social. 2. NBC T 15. 3. Responsabilidade social. I.
Campos, Luciana de Lima Dusi, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Aos 30 dias do mês de novembro de 2017, nas dependências da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora, reuniu-se a banca examinadora formada pelos professores abaixo assinados para examinar o Trabalho de Conclusão de Curso de **LARISSA MIRANDA PRATA**, discente regularmente matriculado (a) no curso de Ciências Contábeis sob o número 201477060, intitulado Balanço social em conformidade com a NBC T 15: uma análise dos balanços sociais publicados por empresas do setor elétrico listadas na BM&FBOVESPA. Após a apresentação e consequente deliberação, a banca examinadora se reuniu em sessão fechada, considerando o (a) discente _____.

Tal conceito deverá ser lançado em seu histórico escolar quando da entrega da versão definitiva do trabalho, impressa e em meio digital.

Juiz de Fora, 30 de novembro de 2017.

Profa. Luciana de Lima Dusi Campos

Orientadora

Prof. Luis Carlos Barbosa dos Santos

Prof. Rodrigo Ferraz de Almeida



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Termo de Declaração de Autenticidade de Autoria

Declaro, sob as penas da lei e para os devidos fins, junto à Universidade Federal de Juiz de Fora, que meu Trabalho de Conclusão de Curso é original, de minha única e exclusiva autoria e não se trata de cópia integral ou parcial de textos e trabalhos de autoria de outrem, seja em formato de papel, eletrônico, digital, audiovisual ou qualquer outro meio. Declaro ainda ter total conhecimento e compreensão do que é considerado plágio, não apenas a cópia integral do trabalho, mas também parte dele, inclusive de artigos e/ou parágrafos, sem citação do autor ou de sua fonte. Declaro por fim, ter total conhecimento e compreensão das punições decorrentes da prática de plágio, através das sanções civis previstas na lei do direito autoral¹ e criminais previstas no Código Penal², além das cominações administrativas e acadêmicas que poderão resultar em reprovação no Trabalho de Conclusão de Curso.

Juiz de Fora, 30 de novembro de 2017.

LARISSA MIRANDA PRATA
Matrícula 201477060

¹ LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

² Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano ou multa.

Aos meus pais por todo amor e dedicação.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Empresas que divulgaram seus balanços sociais em 2016	23
Quadro 2 - Comparação dos balanços sociais das empresas com a NBC T 15.....	25

RESUMO

Cada vez mais a sociedade anseia por informações que demonstram o comprometimento das empresas com a sociedade e com o meio ambiente. Uma das formas de divulgação destas informações é através do balanço social, cuja elaboração e divulgação não são obrigatórias no Brasil. As empresas ao elaborarem o balanço social devem fazê-lo em conformidade com NBC T 15, uma norma expedida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que dispõe sobre procedimentos para a preparação de informações de natureza social e ambiental. O objetivo geral da pesquisa é identificar se os balanços sociais das empresas listadas no setor de energia elétrica da BM&FBOVESPA estão em conformidade com a NBC T 15. A metodologia é classificada como qualitativa com relação à forma de abordagem do problema, bibliográfica e documental quanto aos procedimentos técnicos e descritiva em relação aos objetivos. Após a análise dos dados da pesquisa, pode-se concluir que todas as empresas estudadas cumpriram parcialmente a NBC T 15.

Palavras-chave: Balanço social; NBC T 15; Responsabilidade Social.

ABSTRACT

Increasingly, society is longing for information that demonstrates the commitment of companies to society and the environment. One of the ways of disclosing this information is through the social balance, whose elaboration and disclosure are not mandatory in Brazil. The companies in preparing the social report must do so in accordance with NBC T 15, a standard issued by the Federal Accounting Council (CFC) that provides procedures for the preparation of information of a social and environmental nature. The general objective of the research is to identify whether the social balance sheets of the companies listed in the BM&FBOVESPA electricity sector are in compliance with NBC T 15. The methodology is classified as qualitative with regard to the approach to the problem, bibliographical and documentary regarding the technical procedures and descriptive in relation to the objectives. After analyzing the research data, it can be concluded that all the companies studied partially complied with NBC T 15.

Keywords: Social balance; NBC T 15; Social responsibility.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	OBJETIVOS	11
1.1.1	Objetivo geral	11
1.1.2	Objetivos específicos	12
1.2	JUSTIFICATIVA	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1	O BALANÇO SOCIAL E O SEU CAMPO DE CONHECIMENTO.....	13
2.2	A ELABORAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL E SUA OBRIGATORIEDADE	16
2.3	MODELOS RECONHECIDOS PARA ELABORAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL	18
2.3.1	Balanço social IBASE.....	19
2.3.2	Balanço social Instituto Ethos	20
2.4	NBC T 15.....	21
3	METODOLOGIA	22
4	ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA	25
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
	REFERÊNCIAS	31
	APÊNDICE - Análise Do Balanço Social das empresas com a NBC T 15	34

1 INTRODUÇÃO

É crescente o anseio para que as empresas tenham um comprometimento com a sociedade e com o meio ambiente e que a sua atuação não seja somente visando a obtenção de lucros. Tal comprometimento por parte das empresas faz parte da responsabilidade social.

De acordo com Souza e Pacheco (2007, p. 2):

A responsabilidade social da empresa pode ser resumida como sendo a responsabilidade que ela tem para com o meio em que está inserida, tanto social, como ambiental, ou seja, compreende a integração entre a empresa e os elementos importantes para sua subsistência, sociedade e meio ambiente. Esta responsabilidade advém do fato de que a empresa, enquanto sistema aberto e dinâmico, interage com o meio ambiente sendo influenciado por ele, mas principalmente influenciando este meio.

Para Levek *et al* (2002, p. 1), “A responsabilidade social pode ser entendida como toda e qualquer ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade”. As empresas precisam estar cientes de que a sua existência não afeta somente aos que estão diretamente ligados a ela, como funcionários, sócios, acionistas, clientes e fornecedores.

A influência que a empresa exerce sobre o meio em que está inserida, pode possuir caráter benéfico, como aumento da oferta de empregos e aumento da renda, mas também pode possuir caráter maléfico para o mesmo meio em que está inserida, como poluição, desmatamento, bolsões de pobreza, discriminação de gênero e de raça, salários ruins, dentre outros (SOUZA E PACHECO, 2007).

A Contabilidade começa a assumir um importante papel na demonstração da Responsabilidade Social por parte das empresas. Conforme observaram Mazzioni, Domenico e Zanin (2010, p. 45):

As informações tradicionais já eram insuficientes para a prestação de contas à sociedade, as demandas geradas pelas entidades fizeram com que a contabilidade pudesse se tornar um elo entre as necessidades e as possibilidades, permitindo que fosse ramificando-se em diversas áreas, buscando atender a seus usuários de forma mais organizada e direcionada. Dentre as ramificações surgiu a Contabilidade Social, em que um dos objetivos é demonstrar de que forma as variações ocorridas no patrimônio das entidades contribuem para o bem-estar da sociedade.

É neste contexto que surge o balanço social, que é uma forma de divulgação das práticas sociais e ambientais das empresas.

Tinoco (2010, p. 7) afirma que:

Presentemente, pode-se definir Balanço Social como um instrumento de gestão de informação que visa evidenciar, de forma mais transparente possível, informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários da informação, na busca do desenvolvimento sustentável.

Logo o balanço social apresenta uma amplitude maior do que o balanço patrimonial comum, além de atender aos sócios e acionistas da empresa quanto as práticas sociais e ambientais, ele também tem a finalidade de mostrar a sociedade estas práticas.

Para Tinoco (2010, p. 5):

O Balanço Social tem por objetivo ser equitativo e comunicar informação que satisfaça à necessidade de quem dela precisa. Essa é missão da Contabilidade, como ciência de reportar informação contábil, financeira, econômica, social, ambiental, física, de produtividade e de qualidade, com sustentabilidade, buscando o Desenvolvimento Sustentável.

Apesar da elaboração e divulgação do balanço social no Brasil não ser obrigatória, o Conselho Federal de Contabilidade, em 19 de agosto de 2004, através da Resolução nº 1.003/04, aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 15 (NBC T 15) - Informações de Natureza Social e Ambiental, que demonstra o que as empresas devem evidenciar em seus relatórios de natureza social e ambiental, incluindo o balanço social, e as empresas ao fazerem seus relatórios sociais e ambientais devem seguir essa norma.

A partir deste fato surge a seguinte pergunta de pesquisa: as empresas listadas no setor elétrico da BM&FBOVESPA, cumprem a NBC T 15 ao divulgarem seus balanços sociais?

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

O objetivo geral da pesquisa é identificar se os balanços sociais das empresas listadas no setor de energia elétrica da BM&FBOVESPA estão em conformidade com a NBC T 15.

1.1.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos da pesquisa são os seguintes:

- a) Identificar as empresas que divulgaram balanços sociais em 2016, entre as empresas listadas no setor elétrico da BM&FBOVESPA.
- b) Comparar cada item da norma NBC T 15 com cada item publicado nos balanços sociais.
- c) Verificar o total de empresas que cumpriram a norma.
- d) Estabelecer quais itens da norma foram mais cumpridos e quais foram menos cumpridos.

1.2 JUSTIFICATIVA

O balanço social não é uma demonstração contábil obrigatória, e as empresas elaboram e divulgam o mesmo de forma voluntária. Entretanto o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) ao aprovar a NBC T 15, estabelece que as empresas ao divulgarem informações de natureza social ambiental, sigam o que está prescrito na norma.

O cumprimento da NBC T 15 por parte das empresas que elaboram e/ou divulgam seus balanços sociais, é fundamental para assegurar a qualidade da informação prestada no demonstrativo, e também para garantir que as empresas coloquem informações adequadas, e não somente o que é de seu interesse. A sociedade de forma geral também é beneficiada com o cumprimento da NBC T 15, pois quando as empresas divulgam informações relevantes e que representam a realidade da mesma, pode facilitar o conhecimento por parte da sociedade quanto as ações das empresas no que se refere à responsabilidade social e ambiental.

Após mais de dez anos da promulgação da NBC T 15, poucos estudos buscaram identificar o seu cumprimento por parte das empresas, e estes estudos se concentraram na época da promulgação da norma. É necessário conhecer como as empresas lidam com a NBC T 15 ao divulgarem demonstrações de natureza social e ambiental, e o presente estudo, apesar de ter o foco apenas no balanço social, pode fomentar e auxiliar futuros estudos sobre a norma, permitindo que se tenha um conhecimento de como as empresas lidam com a NBC T 15 nos dias atuais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O BALANÇO SOCIAL E O SEU CAMPO DE CONHECIMENTO

A contabilidade tem entre suas funções demonstrar a realidade patrimonial, e para isso procura evidenciar através do sistema de informações contábeis, várias demonstrações que são capazes de preencher as necessidades de informações de seus usuários. Esse sistema de informações contábeis, vem habitualmente sendo formado por informações financeiras, econômicas e patrimoniais, não compreendendo informações de natureza social e ambiental. Diante deste cenário surge o balanço social, uma demonstração contábil que vem exatamente para suprir essa necessidade de informações de cunho social e ambiental (KROETZ, 2000).

Nos anos 70, começaram a surgir as primeiras tentativas de elaboração de um balanço social, em 1977 a França se tornou o primeiro país a torná-lo obrigatório para empresas com mais de 750 funcionários. Em 1978, o Brasil começa a entrar nas discussões sobre balanço social, por atitude do Instituto de Desenvolvimento Empresarial, hoje denominado Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (Fides). Após várias discussões sobre o papel das empresas na sociedade, o instituto sugeriu a elaboração de balanços sociais, dois anos depois o mesmo instituto promoveu um seminário internacional que foi pioneiro sobre o tema. Em 1984, a Nitrofértil elaborou o primeiro balanço social do Brasil, mas o mesmo era restrito apenas ao público interno da empresa (INSTITUTO ETHOS, 2007).

Foi na década de 1990 que o balanço social passou a ser um tema mais discutido no Brasil, e partir de então as empresas começaram a demonstrar interesse em elaborar o demonstrativo.

Segundo o IBASE (2008, p. 17) os motivos que contribuíram para isso:

Entre os principais fatores que contribuíram para sua consolidação estão: a pressão por parte das agências internacionais; as campanhas de várias instituições de preservação da natureza para que as empresas privadas e públicas reduzissem o impacto ambiental; a Constituição de 1988 – que representou um grande avanço tanto em questões sociais como ambientais –; o exemplo de programas educacionais, esportivos e de apoio cultural realizados por grandes empresas multinacionais; e, por último, mas não menos importante, a atuação de grandes empresas públicas nacionais.

O balanço social é constituído por um grupo de demonstrações de natureza contábil, econômica e financeira, e tem a finalidade de fazer a sociedade tomar conhecimento

do maior número de informações possíveis sobre o engajamento social da empresa que o publicou, e também como prestação de contas da empresa para com a sociedade (VIEIRA, 2007).

Para Kroetz (2000, p. 68):

O Balanço Social, antes de ser uma demonstração endereçada à sociedade, é considerado uma ferramenta gerencial, pois reunirá dados qualitativos e quantitativos sobre as políticas administrativas e sobre as relações entidade/ambiente, os quais poderão ser comparados e analisados de acordo com as necessidades dos usuários internos, servindo como instrumento de controle, de auxílio para a tomada de decisões e na adoção de estratégias.

É através do balanço social que a empresa divulga suas ações no âmbito social e ambiental, demonstrando que não está preocupada somente em auferir lucros.

Nas empresas visar somente lucros não é suficiente para alcançar os objetivos das mesmas. No longo prazo, para que a empresa tenha continuidade, ela deve se preocupar com todos os agentes envolvidos, como clientes, fornecedores, financiadores, governos, sociedade, empregados e acionistas (TINOCO, 2010).

Para Kroetz (2000, p. 79), o balanço social tem os seguintes objetivos:

- a) revelar, conjuntamente com as demais demonstrações contábeis, a solidez da estratégia de sobrevivência e crescimento da entidade;
- b) evidenciar, com indicadores, as contribuições à qualidade de vida da população;
- c) abranger o universo das interações sociais entre: clientes, fornecedores, associações, governo, acionistas, investidores, universidade e outros;
- d) apresentar os investimentos no desenvolvimento de pesquisas e tecnologias;
- e) formar um banco de dados confiável para a análise e tomada de decisão dos mais diversos usuários;
- f) ampliar o grau de confiança da sociedade na entidade;
- g) contribuir para a implementação e manutenção de processos de qualidade, sendo a própria demonstração do Balanço Social um parâmetro para tal;
- h) medir os impactos das informações apresentadas no Balanço Social perante a comunidade dos negócios; no amanhã da entidade; na marca/goodwill, na imagem do negócio;
- i) verificar a participação do quadro funcional no processo de gestão (fase da gestão participativa);
- j) servir de instrumento para negociações laborais entre a direção da entidade e sindicatos ou representantes dos funcionários;
- k) melhorar o sistema de controle interno, permitindo qualificar o ambiente organizacional, numa perspectiva de confirmar a regularidade da gestão identificada como o gerenciamento social e ecologicamente correto;
- l) clarificar os objetivos e as políticas administrativas, julgando a administração não apenas em função do resultado econômico, mas também dos resultados sociais.

O demonstrativo é de importância tanto para as empresas que o elaboram como para a sociedade em geral. Através dele a empresa tem uma melhor noção de informações como a composição do corpo de funcionários (como quantidade de negros, mulheres e deficientes que trabalham na empresa), podendo melhorar possíveis desigualdades raciais e de gênero, e informações sobre investimentos em meio ambiente, podendo assim passar a tomar atitudes sustentáveis, e a sociedade através do balanço social passa a ter conhecimento destas informações.

O Balanço Social deve demonstrar claramente, quais as políticas praticadas e quais seus reflexos no patrimônio, objetivando evidenciar sua participação no processo de evolução social. Sem essa prática, jamais uma entidade poderá apresentar pleno êxito em programas de qualidade, pois essa intenção exige quebra de preconceitos, transparência administrativa e uma constante e ininterrupta ligação da organização com seus funcionários, acionistas, fornecedores e sociedade em geral (KROETZ, 2000, p. 71).

Por se tratar de um demonstrativo importante e que permite que a sociedade e demais interessados possam tomar conhecimento das práticas de responsabilidade social da empresa e de suas práticas para com o meio ambiente, o balanço social não deve ser visto como uma peça de marketing para que as empresas melhorem a sua imagem, ele deve ser elaborado de forma séria e que represente a realidade da empresa.

Nos últimos anos, foram desenvolvidos alguns estudos sobre o balanço social e sobre a qualidade das informações contidas nele.

Mazzioni, Tinoco e Oliveira (2007) ao analisarem a percepção dos gestores de forma comparativa com a literatura em uma fundação universitária, concluíram que a divulgação do balanço social permite que a sociedade tome conhecimento das influências favoráveis da existência da entidade, e que sua divulgação é uma boa alternativa de informação à sociedade.

Vieira (2008, p. 14) em seu estudo para verificar o balanço social como prestação de contas para a sociedade concluiu que:

O Balanço Social vem se consolidando como a grande prestação de contas das empresas na demonstração de seu compromisso ético e social para com a sociedade. Esta prestação de contas por sua vez é produto de uma mudança de comportamento do empresariado em geral, que hoje não se preocupa apenas com os resultados das atividades das empresas.

Em pesquisa realizada para verificar a contribuição do balanço social para instituições financeiras, Mattos *et al* (2011) verificou que estas instituições publicam o

balanço social devido aos benefícios que a publicação traz, como o aumento da credibilidade perante aos clientes, fornecedores e investidores, e melhora na imagem da empresa.

Souza (2011) constatou em seu estudo sobre a elaboração e difusão do balanço social nas empresas e clientes, que 82% dos contadores entrevistados estudaram o balanço social em sua formação, mas não consideram a ideia de orientar seus clientes sobre a sua elaboração e divulgação, pois não o consideram relevante.

Em especial três pesquisas buscaram identificar o atendimento da NBC T 15 relacionando-a com o balanço social.

Em pesquisa visando identificar o quanto o balanço social IBASE atendia à NBC T 15, Bittencourt Junior (2008) concluiu que o balanço social modelo IBASE atende à 56,36% da NBC T 15, o que não é um número satisfatório, pois o modelo é utilizado por muitas empresas na hora de elaborar o seu balanço social.

Ao pesquisar o nível de aderência da NBC T 15 nos balanços sociais de empresas brasileiras do setor de utilidade pública cadastradas na BOVESPA, Cavalcanti *et al* (2009), concluiu que apenas 32% das empresas pesquisadas demonstraram as informações exigidas na NBC T 15, e 68% não as divulgaram, seja por omissão ou por não se enquadrarem em uma determinada situação exigida pela norma.

Alves (2011) constatou que as informações contidas nos balanços sociais publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pelos Conselhos Regionais de Contabilidade no ano de 2009, não atendiam totalmente às exigências da NBC T 15, o que de acordo com a autora é preocupante, visto que cabe ao Conselho Federal de Contabilidade e aos Conselhos Regionais, fiscalizarem a mesma norma. O Conselho Federal de Contabilidade foi o que mais se adequou a norma, em seguida os conselhos regionais dos estados do Ceará, Minas Gerais e Santa Catarina. Os piores desempenhos ficaram com os Conselhos Regionais dos estados de Goiás e Rondônia.

2.2 A ELABORAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL E SUA OBRIGATORIEDADE

Atualmente no Brasil não existe regulamentação sobre a obrigatoriedade do balanço social, a sua elaboração e divulgação não é obrigatória para nenhum tipo de entidade, porém tem-se o registro de duas tentativas de regulamentar e incentivar a publicação do mesmo.

Em âmbito federal o Projeto de Lei (PL) nº 3.116/97 idealizado por três deputadas, dispôs sobre a obrigatoriedade do balanço social para empresas com 100 ou mais

funcionários, e para as empresas públicas, sociedades de economia mista, empresas permissionárias e concessionárias de serviços públicos em todos os níveis da administração pública, seja qual fosse o número de empregados. Este Projeto de Lei foi arquivado em 1999, sendo substituído pelo Projeto de Lei nº 32/99, elaborado por outro deputado, que segue os mesmos moldes do primeiro Projeto de Lei, que segue em tramitação na Câmara dos Deputados até os dias atuais.

Em alguns países como França, Bélgica e Portugal o balanço social é obrigatório.

A França foi o primeiro país do mundo a tornar obrigatório o balanço social. A partir da Lei 77.769 de 12 de julho de 1977, foi decretada a obrigatoriedade do balanço social para as empresas com mais de 750 funcionários a partir de 1979, e em 1982 a exigência foi estendida para empresas com mais de 300 funcionários (CUNHA E RIBEIRO, 2007).

Na Bélgica a obrigatoriedade do balanço social foi promulgada através de um decreto real em 1996, e é exigida para todas as empresas, fazendo parte das demonstrações anuais. Para o governo Belga o balanço social tem função decisiva em relação a política de emprego (CUNHA E RIBEIRO, 2007).

Sobre a obrigatoriedade do Balanço Social em Portugal Kroetz (2000, p. 56) afirma que:

Os portugueses também aderiram ao Balanço Social, tornando-o obrigatório por meio da regulamentação expressa na Lei nº 141/85, que teve suporte no projeto da ex-ASDI (Acção Social-Democrata Independente). São características desta lei: (a) obrigatoriedade de apresentação para todas as empresas públicas e para as empresas privadas com mais de 100 empregados; (b) as informações atendem basicamente à área de recursos humanos; e (c) a apresentação do Balanço Social dá-se sob a fórmula de formulário a ser preenchido pelas empresas que se enquadram nas condições exigidas pela legislação.

A obrigatoriedade do balanço social no Brasil, é uma questão que divide muitos autores e empresários.

Alguns empresários se posicionam contra a obrigatoriedade do balanço social afirmando que o governo não está preparado para analisar as várias informações que o balanço social possui, e que esta obrigatoriedade traria custos para as empresas manterem obras sociais (OLIVEIRA, 2004).

Para Kroetz (2000, p. 136):

O conflito de posições inicia à medida que alguns institutos e pessoas físicas entendem ser necessária a criação de uma lei que venha institucionalizar o processo, tornando obrigatória a divulgação do Balanço Social para determinadas entidades. Por sua vez, a grande maioria dos empresários não concorda com esse procedimento, argumentando que cabe a cada entidade prestar contas de suas influências para com a sociedade de forma espontânea.

Siqueira e Vidal (2003) afirmam que se existe uma lei que regulamenta as demonstrações societárias é injusto que não haja uma lei que regulamente as demonstrações sociais. Um dos fatores que a não obrigatoriedade do balanço social acarreta é a impossibilidade de comparabilidade, pois diferente das demonstrações societárias, as demonstrações sociais não seguem uma periodicidade, as empresas as divulgam conforme seus próprios interesses, não permitindo que a sociedade e demais interessados acompanhem a evolução destas informações.

Na situação atual em que não existe nenhuma obrigatoriedade de elaboração e publicação do balanço social, as empresas se encontram livres para publicarem o tipo de informação que quiserem, muitas vezes não refletindo a situação real da empresa, e mascarando possíveis danos à sociedade. A obrigatoriedade seria uma alternativa para garantir a veracidade das informações apresentadas no balanço social, “[...] como o balanço social ainda não é obrigatório no Brasil, é apresentado voluntariamente por algumas empresas, umas com o intuito de apenas fornecer maiores informações aos seus usuários, outras com objetivos de marketing ” (CUNHA E RIBEIRO, 2007, p. 13).

2.3 MODELOS RECONHECIDOS PARA ELABORAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL

No Brasil os principais modelos de balanço social adotados pelas empresas, são o modelo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), e o modelo do Instituto Ethos (MILANI FILHO, 2008). Além destes modelos, as empresas devem elaborar seus relatórios de natureza social e ambiental em conformidade com a NBC T 15.

2.3.1 Balanço social IBASE

O balanço social modelo IBASE é modelo mais utilizado pelas empresas que divulgam seus balanços sociais, segundo Cunha e Ribeiro (2007):

Não existe, ainda, consenso quanto à forma da apresentação do balanço social: se livre ou padronizado, se obrigatório ou voluntário, ou sobre quais informações, especificamente, ele deveria evidenciar. Algumas empresas, que vêm apresentando seus balanços sociais, o fazem no modelo do Ibase ou similar, com pequenas variações.

O modelo de balanço social lançado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) foi lançado em 1997 nos moldes dos balanços financeiros. No formato de uma planilha ele reúne dados sobre folha de pagamentos, gastos com encargos sociais de empregados, e participação dos empregados nos lucros. Ele também evidencia despesas com controle ambiental e investimentos sociais externos em diversas áreas, como educação, saúde, cultura entre outros (INSTITUTO ETHOS, 2007).

O modelo do IBASE teve como principal idealizador o sociólogo Hebert de Souza, o Betinho, que fundou o IBASE em 1980.

O primeiro modelo de balanço social apresentado foi desenvolvido pelo Ibase, no primeiro semestre de 1997, em parceria com técnicos(as), pesquisadores e pesquisadoras e representantes de instituições públicas e privadas. A estratégia adotada por Betinho e a equipe do Ibase foi a de criar um modelo básico, mínimo e inicial, construído à base do consenso e que pudesse ser lançado rapidamente (IBASE, 2008, p. 19).

O balanço social do IBASE, evidencia informações de dois exercícios anuais através de uma tabela simples e de fácil entendimento, o modelo é composto por 43 indicadores quantitativos, e 8 indicadores qualitativos, organizados em sete categorias (IBASE, 2008).

As sete categorias presentes no modelo IBASE são a base de cálculo, indicadores sociais internos, indicadores sociais externos, indicadores ambientais, indicadores de corpo funcional, informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial, e outras informações.

Na base de cálculo são evidenciadas a receita líquida, o resultado operacional e a folha de pagamento bruta.

Em indicadores sociais internos se encontram os investimentos internos (obrigatórios e voluntários) que empresa faz para beneficiar e/ou atender seus funcionários,

como alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada, saúde, segurança e medicina do trabalho, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, creches ou auxílios creche, e participação dos funcionários nos lucros ou resultados.

Nos indicadores sociais externos aparecem os investimentos voluntários que a empresa fez para a sociedade em geral, como projetos na área de educação, cultura, esporte, saneamento, saúde, combate à fome e a segurança alimentar e pagamento de tributos.

Em indicadores ambientais são mostrados os investimentos que empresa fez para neutralizar ou compensar os impactos ambientais advindos da existência da mesma, e também aqueles investimentos que visam melhorar a qualidade ambiental da empresa, como educação ambiental e melhoria em processos.

Nos indicadores do corpo funcional são apresentadas informações sobre como a empresa distribui os postos de trabalho, como quantidade de estagiários, o uso de trabalho terceirizado, e a diversidade da empresa como quantidade de negros e de mulheres, faixa etária dos funcionários, e quantidade de pessoas com deficiência que trabalham na empresa.

Nas informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial, estão itens qualitativos, onde são evidenciadas as práticas de responsabilidade social da empresa.

E em outras informações são mostradas outras informações relevantes que não foram apresentadas nos outros itens.

2.3.2 Balanço social Instituto Ethos

O Instituto Ethos nos últimos anos vem divulgando um Guia de Elaboração do Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade, que foi criado visando aumentar a qualidade, a consistência e credibilidade dos relatórios apresentados pelas empresas. Seu principal objetivo é fazer com que as empresas entendam o que é relevante na hora da elaboração de um bom balanço social (INSTITUTO ETHOS, 2007).

Entre os indicadores do Instituto Ethos, são encontrados sete temas e todos eles são subdivididos em indicadores que demonstram como a empresa pode melhorar seu desempenho. Tais valores são: valores, transparência e governança; público interno; meio ambiente; fornecedores; consumidores e clientes; comunidade e governo e sociedade (TINOCO, 2010).

2.4 NBC T 15

A NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental, foi expedida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em 19 de agosto de 2004, e passou a entrar em vigor em 1 de janeiro de 2006. Desde então as empresas que publicam informações de natureza social e ambiental devem adotar a NBC T 15.

As normas brasileiras de contabilidade têm como finalidade orientar os profissionais contábeis sobre como devem ser mensuradas e evidenciadas as atividades e a geração das informações relacionadas às atividades empresariais. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da Resolução nº 1.003/04, aprovou em 19 de agosto de 2004 a NBC T.15 – Informações de Natureza Social e Ambiental. A NBC T. 15 estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação, a responsabilidade social e ambiental das empresas (KRUGER *et al*, 2014, p. 4).

A norma não cria regras para elaboração do balanço social. Ela padroniza a publicação de informações de natureza social e ambiental para aquelas empresas que tiverem o livre interesse de divulgar informações com estas características.

De acordo com a NBC T 15 são informações de natureza social e ambiental: a geração e a distribuição de riqueza; os recursos humanos; a interação da entidade com o ambiente externo e a interação com o meio ambiente.

A demonstração das informações de natureza social e ambiental, quando realizada, deve evidenciar estas informações sejam elas obtidas ou não através da contabilidade da entidade, conforme os procedimentos determinados na respectiva norma. As demonstrações destas informações não devem ser confundidas com notas explicativas. Elas devem ser elaboradas de maneira que possam completar as demonstrações contábeis, e devem conter as informações do exercício atual e do exercício anterior, o que possibilita a comparabilidade das informações. A norma ainda estabelece que a entidade pode evidenciar ou detalhar outras informações que ela achar relevante.

As demonstrações devem ser objeto de auditoria independente e ser publicadas juntamente com o relatório de auditoria, quando a entidade for submetida a auditoria das demonstrações contábeis.

3 METODOLOGIA

Em relação à forma de abordagem do problema, a pesquisa é qualitativa, pois o objetivo da pesquisa não é quantificar em números o tema pesquisado, e sim fazer uma compreensão do mesmo, de forma a deixá-lo claro e compreensível. Para Ramos (2009), a abordagem qualitativa é utilizada com maior frequência nas áreas de ciências sociais e humanas, principalmente quando o pesquisador se depara com fenômenos que, em decorrência da sua complexidade, tornam difícil a sua quantificação. A pesquisa qualitativa é mais apropriada para compreender e contextualizar o fenômeno estudado, segue um processo indutivo e não existe nenhuma hipótese a ser comprovada.

Quanto aos procedimentos técnicos a pesquisa é bibliográfica, que é realizada a partir de material já publicado como livros, artigos e material encontrado na internet, e documental, pois os materiais utilizados na pesquisa não receberam nenhum tipo de tratamento analítico.

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL, 2002, p. 45).

No que tange aos objetivos a pesquisa é descritiva. Para Michel (2015), a pesquisa descritiva é adequada para as áreas de ciências humanas e sociais, ela tem o propósito de estudar, com a maior exatidão possível, fatos ou fenômenos, na sua natureza e características, tentando analisar, registrar e examinar as suas relações, conexões e intervenções. Ela objetiva tomar conhecimento e fazer comparações das várias situações que rodeiam o comportamento humano, individualmente ou em grupos sociais ou organizacionais, em seus aspectos sociais, econômicos e culturais.

O objeto da pesquisa foram empresas selecionadas através do site da BM&FBOVESPA listadas no setor de energia elétrica. A seleção de empresas listadas em setor específico da BM&FBOVESPA se deu pelo fato de haver certa facilidade de acesso aos dados destas empresas, visto que por serem companhias que negociam suas ações na bolsa de valores, estas são obrigadas por lei a publicarem suas demonstrações contábeis na internet e em meios públicos de divulgação, facilitando assim a obtenção de dados para a pesquisa. O

setor de energia elétrica foi selecionado, por contar com um total de 60 empresas, que é um número relevante para dar maior representatividade à pesquisa.

Para a obtenção dos dados, foi realizada uma pesquisa de todas as empresas listadas na BM&FBOVESPA no setor de energia elétrica, visando identificar quais delas divulgaram seus balanços sociais no ano de 2016. Tal pesquisa foi realizada através da internet, do site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), do site da BM&FBOVESPA, e dos sites das próprias empresas. No Quadro 1 são evidenciadas as empresas listadas que possuíam balanço social em 2016, e, portanto, foram utilizadas para elaboração da pesquisa.

QUADRO 1 - Empresas que divulgaram seus balanços sociais em 2016

Numeração	Razão Social
1	AFLUENTE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
2	AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S/A
3	ALUPAR INVESTIMENTO S/A
4	CEMIG DISTRIBUICAO S.A.
5	CEMIG GERACAO E TRANSMISSAO S.A.
6	CENTRAIS ELET BRAS S.A. - ELETROBRAS
7	CENTRAIS ELET DE SANTA CATARINA S.A.
8	CESP - CIA ENERGETICA DE SAO PAULO
9	CIA ELETRICIDADE EST. DA BAHIA – COELBA
10	CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS – CEMIG
11	CIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO – CELPE
12	CIA ENERGETICA DO RIO GDE NORTE – COSERN
13	CIA ESTADUAL DE DISTRIB ENER ELET-CEEE-D
14	CIA ESTADUAL GER.TRANS.ENER.ELET-CEEE-GT
15	CIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL
16	ELEKTRO REDES S.A.
17	EMAE - EMPRESA METROP.AGUAS ENERGIA S.A.
18	ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DIST DE ENERGIA S.A.
19	ENERGISA MATO GROSSO-DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
20	ENERGISA S.A.
21	ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.
22	INVESTCO S.A.
23	ITAPEBI GERACAO DE ENERGIA S.A.
24	LIGHT S.A.
25	LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S.A.
26	NEOENERGIA S.A.
27	REDE ENERGIA S.A.
28	RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A.
29	TERMOPERNAMBUCO S.A.
30	TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Fonte: elaborado pela autora.

Para a análise dos dados foi realizada uma análise comparativa entre os balanços sociais destas empresas com a NBC T 15, a fim de identificar se tais balanços sociais estão de acordo com o que estabelece a norma.

Para a análise pretendida foi necessário desenvolver um quadro com cada item da norma NBC T 15, onde foram utilizados três critérios de classificação:

1. a - as empresas analisadas atenderam totalmente o item da norma.
2. ap – as empresas evidenciaram determinado item da norma no balanço social, porém de forma incompleta, ocasionando o atendimento parcial do determinado item.
3. na - as empresas analisadas não atendiam nada do que estabelecia a norma.

Foram objeto de análise da pesquisa todos os itens atendidos totalmente, atendidos parcialmente, ou não atendidos por todas as 30 empresas. Todos os itens que foram utilizados na análise se encontram sombreados no Quadro 2.

4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

A comparação dos balanços sociais das empresas com a NBC T 15 permitiu identificar o total de empresas que cumpriram a norma, o cumprimento de cada item da norma por parte das empresas, e quais foram os itens mais e menos cumpridos.

No Apêndice é evidenciada a análise feita com todas as empresas e a NBC T 15. Cada item se encontra da mesma maneira da norma, não sendo alterada a numeração ou redação do texto dos itens. A norma começa no item 15.1, onde são estabelecidos os objetivos e a conceituação da norma, e o item 15.2 estabelece as informações a serem divulgadas, começando no item 15.2.1 o estabelecimento dos itens de fato.

No Quadro 2 é apresentado cada item da NBC T 15 e a quantidade de empresas que atenderam, atenderam parcialmente, ou que não atenderam estes itens.

QUADRO 2- Comparação dos balanços sociais das empresas com a NBC T 15

Itens a serem divulgados conforme NBC T 15	Quantidade de empresas que atenderam cada item da norma		
	atende	atende parcialmente	não atende
15.2.1 – Geração e Distribuição de Riqueza			
15.2.1.1 – A riqueza gerada e distribuída pela entidade deve ser apresentada conforme a Demonstração do Valor Adicionado, definida na NBC T 3.	0	0	30
15.2.2 – Recursos Humanos			
15.2.2.1 – Devem constar dados referentes à remuneração, benefícios concedidos, composição do corpo funcional e as contingências e os passivos trabalhistas da entidade.	11	19	0
15.2.2.2 – Quanto à remuneração e benefícios concedidos aos empregados, administradores, terceirizados e autônomos, devem constar:			
a) remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos	6	4	20
b) relação entre a maior e a menor remuneração da entidade, considerando os empregados e os administradores	1	28	1
c) gastos com encargos sociais	30	0	0
d) gastos com alimentação	30	0	0
e) gastos com transporte	13	0	17
f) gastos com previdência privada	30	0	0
g) gastos com saúde	30	0	0
h) gastos com segurança e medicina do trabalho	26	0	4
i) gastos com educação (excluídos os de educação ambiental)	28	0	2
j) gastos com cultura	23	0	7
k) gastos com capacitação e desenvolvimento profissional	29	0	1
l) gastos com creches ou auxílio-creches	28	0	2
m) participações nos lucros ou resultados	27	0	3

Itens a serem divulgados conforme NBC T 15	Quantidade de empresas que atenderam cada item da norma		
	atende	atende parcialmente	não atende
15.2.2.3 – Estas informações devem ser expressas monetariamente pelo valor total do gasto com cada item e a quantidade de empregados, autônomos, terceirizados e administradores beneficiados	0	30	0
15.2.2.4 – Nas informações relativas à composição dos recursos humanos, devem ser evidenciados:			
a) total de empregados no final do exercício	30	0	0
b) total de admissões	28	0	2
c) total de demissões	10	0	20
d) total de estagiários no final do exercício	30	0	0
e) total de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício;	30	0	0
f) total de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício;	27	0	3
g) total de empregados por sexo;	9	21	0
h) total de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:			
Menores de 18 anos	10	0	20
De 18 a 35 anos	10	0	20
de 36 a 60 anos	10	0	20
acima de 60 anos	11	0	19
i) total de empregados por nível de escolaridade, segregados por:			
analfabetos	10	0	20
com ensino fundamental	16	0	14
com ensino médio	17	0	13
com ensino técnico	10	0	20
com ensino superior	12	0	18
pós-graduados	10	0	20
j) percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo.	9	18	3
15.2.2.5 – Nas informações relativas às ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade, devem ser evidenciados:			
a) número de processos trabalhistas movidos contra a entidade;	10	0	20
b) número de processos trabalhistas julgados procedentes;	10	0	20
c) número de processos trabalhistas julgados improcedentes;	10	0	20
d) valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça.	11	0	19
15.2.3 – Interação da Entidade com o Ambiente Externo			
15.2.3.1 – Nas informações relativas à interação da entidade com o ambiente externo, devem constar dados sobre o relacionamento com a comunidade na qual a entidade está inserida, com os clientes e com os fornecedores, inclusive incentivos decorrentes dessa interação	0	0	30
15.2.3.2 – Nas informações relativas à interação com a comunidade, devem ser evidenciados os totais dos investimentos em:			

Itens a serem divulgados conforme NBC T 15	Quantidade de empresas que atenderam cada item da norma		
	atende	atende parcialmente	não atente
a) educação, exceto a de caráter ambiental;	27	0	3
b) cultura;	27	0	3
c) saúde e saneamento;	22	0	8
d) esporte e lazer, não considerados os patrocínios com finalidade publicitária;	26	0	4
e) alimentação	18	0	12
15.2.3.3 – Nas informações relativas à interação com os clientes, devem ser evidenciados:			
a) número de reclamações recebidas diretamente na entidade;	25	0	5
b) número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor;	25	0	5
c) número de reclamações recebidas por meio da Justiça;	25	0	5
d) número das reclamações atendidas em cada instância arrolada;	0	0	30
e) montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça	8	0	22
f) ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações.	7	0	23
15.2.3.4 – Nas informações relativas aos fornecedores, a entidade deve informar se utiliza critérios de responsabilidade social para a seleção de seus fornecedores.	29	0	1
15.2.4 – Interação com o Meio Ambiente			
15.2.4.1 – Nas informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente, devem ser evidenciados:			
a) investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;	30	0	0
b) investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;	3	0	27
c) investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;	0	0	30
d) investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;	3	0	27
e) investimentos e gastos com outros projetos ambientais;	29	0	1
f) quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	9	0	21
g) valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;	9	0	21
h) passivos e contingências ambientais.	8	0	22

Fonte: elaborado pela autora.

As análises que constituem os parágrafos seguintes são originárias dos 13 itens sombreados no Quadro 2.

Com relação ao item 15.2.2 - Geração e Distribuição de Riqueza:

As empresas não atenderam o item 15.2.1.1, que estabelece que a riqueza gerada e distribuída pela entidade deve ser apresentada de acordo com a Demonstração do Valor Adicionado. A DVA passou a ser uma demonstração de elaboração e publicação obrigatória para empresas de capital aberto apenas em 2007, quando a respectiva norma já estava em vigor, isso pode explicar a ausência da DVA no balanço social destas empresas, pois por serem de capital aberto elas já publicam a demonstração, e talvez não veem necessidade de incluí-la no demonstrativo.

Com relação ao item 15.2.2 - Recursos Humanos:

As empresas atenderam os itens 15.2.2.2 c) gastos com encargos sociais, 15.2.2.2 d) gastos com alimentação, 15.2.2.2 f) gastos com previdência privada e 15.2.2.2 g) gastos com saúde.

O item 15.2.2.3 que solicita que as informações sobre os recursos humanos devem ser expressas monetariamente pelo valor total do gasto com cada item e a quantidade de empregados, autônomos, terceirizados e administradores beneficiados foi atendido parcialmente, todas as empresas apresentaram as informações em valor monetário, porém nenhuma evidenciou a quantidade de empregados, autônomos, terceirizados e administradores beneficiados.

As empresas atenderam os itens 15.2.2.4 a) total de empregados no final do exercício, 15.2.2.4 d) total de estagiários no final do exercício e o item 15.2.2.4 e) total de portadores de necessidades especiais na empresa ao final do exercício.

Com relação ao item 15.2.3 - Interação da Entidade com o Ambiente Externo:

As empresas não atenderam ao item 15.2.3.1 que pede que nas informações relativas à interação da entidade com o ambiente externo, devem constar dados sobre o relacionamento com a comunidade na qual a entidade está inserida, com os clientes e com os fornecedores, inclusive incentivos decorrentes dessa interação.

O item 15.2.3.3 d) que pede o número das reclamações contra a empresa atendidas em cada instância arrolada não foi atendido, porém o fato de nenhuma das empresas ter cumprido o item se trata de mera interpretação da norma, visto que as empresas apresentavam a porcentagem de reclamações atendidas em cada instancia arrolada e não as reclamações atendidas em números como pede a norma.

Com relação ao item 15.2.4 - Interação da Entidade com o Meio Ambiente:

As empresas atenderam ao item 15.2.4.1 a) que solicita informações sobre investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente e não atenderam o item 15.2.4.1 c) que pede a evidenciação dos gastos com educação ambiental para com seus funcionários.

Os demais itens da NBC T 15 não foram objeto da análise, pois não foram atendidos totalmente, parcialmente ou não atendidos por todas as 30 empresas, conforme estabelecido na metodologia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral do estudo foi identificar se os balanços sociais das empresas listadas no setor de energia elétrica da BM&FBOVESPA estão em conformidade com a NBC T 15. A revisão de literatura permitiu entender que o balanço social, quando elaborado com informações relevantes e que representam a realidade das entidades que o elaboram, é um aliado das empresas na divulgação de informações de caráter social e ambiental, assim como da sociedade, que por sua vez toma conhecimentos destas informações.

Buscou-se resposta para a seguinte questão: as empresas listadas no setor elétrico da BM&FBOVESPA, cumprem a NBC T 15 ao divulgarem seus balanços sociais?

Apesar da não obrigatoriedade de elaboração e divulgação do balanço social, entre as 60 empresas da amostra, 30 divulgaram o balanço social do exercício de 2016, o que demonstra certa disposição por parte destas empresas em evidenciar sua responsabilidade social. Após a análise dos dados da pesquisa, pode-se verificar que todas as empresas estudadas cumpriram parcialmente a NBC T 15.

A norma estabelece informações que devem constar nas demonstrações de natureza social e ambiental, porém não dispõe de nenhum modelo que possa orientar as empresas a elaborarem um demonstrativo que atenda aos seus critérios, o que pode gerar dúvidas, ocasionando o não cumprimento total da NBC T 15. O fato de todas as empresas estarem em conformidade com a norma, mesmo que de forma parcial, já demonstra vontade em evidenciar informações de natureza social e ambiental de maneira relevante.

A referida norma desde a sua criação em 2004 não passou por nenhuma alteração, em todos esses anos a demanda por informações de natureza social e ambiental só cresceu, e novas leis e pronunciamentos contábeis foram aprovados desde então, o que pode fazer com que a norma não seja mais tão eficiente na maneira de evidenciar a realidade e as informações demandadas pela sociedade e demais interessados.

O estudo se mostra importante, pois através da NBC T 15 a qualidade e a relevância das demonstrações de natureza social e ambiental são garantidas, permitindo que a sociedade e demais interessados nestas informações tenham a real dimensão da responsabilidade social das empresas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Camila Cristine da Silva. **Balancos Sociais Publicados Pelo Sistema CFC/CRC`S: Uma Análise Quanto A Aplicação Da NBC T 15.** 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2011.

BITTENCOURT JUNIOR, Francisco José. **Balanco Social IBASE: uma análise da estrutura de evidenciação segundo a norma brasileira de contabilidade NBC T 15..** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2008.

BM&FBOVESPA. **EMPRESAS LISTADAS.** Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm>. Acesso em 10 de junho de 2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei nº 3.116 de 1197.** Cria o balanço social para as empresas que menciona e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=209785>>. Acesso em 24 de abril de 2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei nº 32 de 1999.** Cria o balanço social para as empresas que menciona e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14958>>. Acesso em 24 de abril de 2017.

CAVALCANTI, Gabriella Hollanda *et al.* **Divulgação de Informações Contábeis Ambientais das Empresas Brasileiras do Setor de Utilidade Pública: Um Estudo sobre o grau de Aderência às Normas Brasileiras de Contabilidade.** Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, jul/dez 2009, p. 104-118.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). **Busca de Cia Aberta.** Disponível em: <<http://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx?TipoConsult=c>>. Acesso em: 3 de maio de 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **NBC T 15.** Disponível em: <www1.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1003.doc>. Acesso em 26 de abril de 2017.

CUNHA, Jacqueline Venerosos Alves da; RIBEIRO Maísa de Souza. **Evolução e Estrutura do Balanço Social no Brasil e Países Selecionados: um Estudo Empírico.** Revista de Administração Contemporânea-RAC, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, art. 9, p. 136-152, Maio/Ago. 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4. ed. São Paulo. Atlas, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE). **Balanço Social: o desafio da transparência.** Disponível em: <<http://ibase.br/pt/>>. Acesso em 12 de maio de 2017.

INSTITUTO ETHOS. **Guia para elaboração de Balanço Social e Relatório de sustentabilidade 2007**. São Paulo. Disponível em: <<https://www3.ethos.org.br/cedoc/guia-de-elaboracao-do-balanco-social-versao-2007/#.WRioX0XyvIU>>. Acesso em 12 de maio de 2017.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. **Balanço Social teoria e prática**. São Paulo. Atlas, 2000.

KRUGER, Silvana Dalmutt *et al.* **Práticas de responsabilidade social e ambiental de empresas agroindustriais**. In: XV Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente. São Paulo, 2014.

LEVEK, Andrea Regina H. Cunha *et al.* **A responsabilidade social e sua interface com o marketing social**. Revista FAE, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 15-25, maio./ago. 2002.

MATTOS, Aliomar Lino *et al.* **Balanço social: sua contribuição para as instituições financeiras**. In: VIII Simpósio de Excelência em Tecnologia. Rezende, 2011.

MAZZIONI, Sady; TINOCO, João Eduardo Prudêncio; OLIVEIRA, Antônio Benedito Silva. **Informações evidenciadas no Balanço Social: as percepções dos gestores de forma comparada a literatura**. Revista Contemporânea de Contabilidade, Florianópolis, ano 04, v.1, nº7, jan./jun, 2007, p. 61-80.

MAZZIONI, Sady; DOMENICO, Daniela Di; ZANIN, Antonio. **A evidenciação da prática corporativa de ações de responsabilidade social com o uso do balanço social**. Revista Catarinense da Ciência Contábil-CRCSC, Florianópolis, v. 9, n. 27, p. 43-59, ago./nov. 2010.

MILANI FILHO, Marco Antonio Figueiredo. **Responsabilidade social e investimento social privado: entre o discurso e a evidenciação**. Revista Contabilidade e Finanças- USP, São Paulo, v. 19, n. 47, p. 89 -10, maio/agosto 2008.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. 3ª edição. São Paulo. Atlas, 2015.

OLIVEIRA, Gabriela Bonzini. **O terceiro setor e a importância do balanço social**. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação Ciências Econômicas) -Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2004.

PINTO, Anacleto Laurino; RIBEIRO, Maisa de Souza. **Balanço social: avaliação de informações fornecidas por empresas industriais situadas no estado de Santa Catarina**. Revista Contabilidade e Finanças-USP, São Paulo, n. 36, p. 21-34, set/dez. 2004.

RAMOS, Albenides. **Metodologia da pesquisa: como uma monografia pode abrir o horizonte do conhecimento**. São Paulo. Atlas, 2009.

SIQUEIRA, José Ricardo Maia; VIDAL, Mario Cezar Rodríguez. **Balancos sociais brasileiros: Uma análise de seu estágio atual**. In: Balancos sociais brasileiros: Uma análise de seu estágio atual. In: 3º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo, 2003.

SOUZA, Diocezar Costa de; PACHECO, Vicente. **O Balanço Social atende aos objetivos a que se propõe?** In: 7º Congresso USP Controladoria e Contabilidade. São Paulo, 2006.

SOUZA, Lucimar Miller. **Balanço Social: elaboração e difusão nas empresas/clientes.** 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Rondônia, Cacoal, RO, 2011.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço Social e o Relatório da Sustentabilidade.** São Paulo. Atlas, 2010.

VIEIRA, Maria das Graças. **Responsabilidade social e balanço social:** prestação de contas à sociedade. Revista Catarinense Da Ciência Contábil-CRCSC, Florianópolis, v. 7, n. 19, p. 9-16, dez 2007/mar 2008.

Itens a serem divulgados conforme NBC T 15	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
l) gastos com creches ou auxílio-creches	a	a	na	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	na	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a
m) participações nos lucros ou resultados	a	a	na	a	a	a	a	na	a	a	a	a	a	a	a	a	na	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a
15.2.2.3– Estas informações devem ser expressas monetariamente pelo valor total do gasto com cada item e a quantidade de empregados, autônomos, terceirizados e administradores beneficiados	ap	ap	ap	ap	ap	ap	ap	ap	ap	ap	ap	ap	ap	ap	ap	ap	ap	ap	ap	ap	ap	ap	ap	ap	ap	ap	ap	ap	ap	ap
15.2.2.4– Nas informações relativas à composição dos recursos humanos, devem ser evidenciados:																														
a) total de empregados no final do exercício	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a
b) total de admissões	a	a	na	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	na	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a
c) total de demissões	a	a	na	na	na	a	na	na	a	na	a	a	na	na	na	na	na	na	na	na	a	na	a	na	na	a	na	na	a	na
d) total de estagiários no final do exercício	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a
e) total de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício;	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a
f) total de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício;	a	a	na	a	a	a	a	na	a	a	a	a	a	a	a	na	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a
g) total de empregados por sexo;	a	a	ap	ap	ap	a	ap	ap	a	ap	a	a	ap	ap	ap	ap	ap	ap	ap	ap	ap	ap	a	ap	ap	a	ap	ap	a	ap
h) total de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:																														
Menores de 18 anos	a	a	na	na	na	a	na	na	a	na	a	a	na	na	na	na	na	na	na	na	a	na	a	na	na	a	na	na	a	na
De 18 a 35 anos	a	a	na	na	na	a	na	na	a	na	a	a	na	na	na	na	na	na	na	na	a	na	a	na	na	a	na	na	a	na
de 36 a 60 anos	a	a	na	na	na	a	na	na	a	na	a	a	na	na	na	na	na	na	na	na	a	na	a	na	na	a	na	na	a	na
acima de 60 anos	a	a	na	na	na	a	na	na	a	na	a	a	na	na	a	na	na	na	na	na	a	na	a	na	na	a	na	na	a	na
i) total de empregados por nível de escolaridade, segregados por:																														
analfabetos	a	a	na	na	na	a	na	na	a	na	a	a	na	na	na	na	na	na	na	na	a	na	a	na	na	a	na	na	a	na
com ensino fundamental	a	a	na	a	a	a	na	na	a	a	a	a	a	a	a	na	na	na	na	na	a	na	a	na	na	a	na	na	a	na
com ensino médio	a	a	a	a	a	a	na	na	a	a	a	a	a	a	a	na	na	na	na	na	a	na	a	na	na	a	na	na	a	na
com ensino técnico	a	a	na	na	na	a	na	na	a	na	a	a	na	na	na	na	na	na	na	na	a	na	a	na	na	a	na	na	a	na

Itens a serem divulgados conforme NBC T 15	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
a) número de reclamações recebidas diretamente na entidade;	a	a	na	a	a	na	a	na	a	a	a	a	na	a	a	na	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a
b) número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor;	a	a	na	a	a	na	a	na	a	a	a	a	na	a	a	na	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a
c) número de reclamações recebidas por meio da Justiça;	a	a	na	a	a	na	a	na	a	a	a	a	na	a	a	na	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a
d) número das reclamações atendidas em cada instância arrolada;	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na
e) montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça	a	a	na	na	na	na	na	na	a	na	a	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	a	na	na	na	a	na	na	a	na
f) ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações.	a	a	na	na	na	na	na	na	a	na	a	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	a	na	na	na	a	na	na	a	na
15.2.3.4 – Nas informações relativas aos fornecedores, a entidade deve informar se utiliza critérios de responsabilidade social para a seleção de seus fornecedores.	a	a	na	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a
15.2.4 – Interação com o Meio Ambiente																														
15.2.4.1 – Nas informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente, devem ser evidenciados:																														
a) investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a
b) investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;	na	na	a	na	na	a	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	a	na	na	na	na	na	na	na	na	na
c) investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na
d) investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;	na	na	a	na	na	a	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	a	na	na	na	na	na	na	na	na	na
e) investimentos e gastos com outros projetos ambientais;	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	na	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a
f) quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	a	a	na	na	na	a	na	na	a	na	na	na	na	na	a	na	na	na	na	na	a	na	a	na	na	a	na	na	a	na
g) valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;	a	a	na	na	na	a	na	na	a	na	na	na	na	na	a	na	na	na	na	na	a	na	a	na	na	a	na	na	a	na
h) passivos e contingências ambientais.	a	a	na	na	na	a	na	na	a	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	a	na	a	na	na	a	na	na	a	na

Fonte: Elaborado pela autora.